

O CONFLITO COMO CATEGORIA ESTRUTURANTE DA NARRATIVA POLÍTICA

o caso do *Jornal Nacional*¹

LUIZ G. MOTTA
Universidade de Brasília
LIZIANE GUAZINA
Universidade de Brasília

Copyright © 2010
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

RESUMO

O artigo investiga a hipótese de que a metacategoria “conflito” centraliza e estrutura o noticiário a partir de um enquadramento bipolar, em que personagens da política são sucessivamente posicionadas umas contra as outras, tecendo a teia da intriga. O conflito é tomado como uma pré-categoria precedente ao que virá a ser notícia, da qual derivam outras subcategorias (protagonista, antagonista, adversário). Assim, a cobertura jornalística não apenas representa, mas demarca e institui a realidade política. A análise empírica recai sobre a cobertura do chamado escândalo do mensalão pelo *Jornal Nacional*.

Palavras-chave: Conflito político. Narrativas políticas. Enquadramento. Jornalismo e política.

CONFLITO COMO METACATEGORIA ESTRUTURANTE DA NOTÍCIA

O conflito enquanto categoria analítica está presente na teoria do jornalismo como um valor-notícia, embora nem sempre este valor esteja claro na literatura. Traquina (2005, p. 84), por exemplo, identifica o conflito como violência física ou simbólica: uma disputa verbal entre líderes políticos, mas não desenvolve o conceito. Em outros autores, o conflito aparece relacionado a valores com eles identificados, como o “desvio” ou a “infração”. Alguns incluem o conflito na categoria negatividade, que tem relação com a anormalidade ou quebra da estabilidade. Os eventos negativos seriam mais demarcados e significativos e, por isso, mais facilmente apreensíveis pelos jornalistas². Gitlin (1980, p. 15) enfatiza que as notícias privilegiam o conflito e, ao destacar o desvio, os profissionais apoiam implicitamente as normas e os valores da sociedade. Some-se a essas considerações, no caso dos telejornais, a própria televisão, que convida à dramatização por estar condicionada à concorrência (BOURDIEU, 1997, pp. 25-27).

A hipótese central deste artigo sugere que o conflito é a categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política. A hipótese propõe que o conflito é uma categoria dramática que centraliza a narrativa jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da política. Posicionando as personagens umas contra as outras na narrativa jornalística, o conflito estabelece os episódios que projetam sequências lógico-temporais e concatenam enredos de histórias virtuais mais ou menos completas, embora o foco recaia sobre as personagens que assumem proeminência nos episódios.

Em sua introdução à ciência política, J. P. Vallés sustenta que o conflito é a essência da política, uma prática coletiva cuja finalidade é regular conflitos entre grupos. O conflito situa-se na existência de diferenças que se convertem em desigualdades de recursos e oportunidades. Os que desfrutam de situação vantajosa esforçam-se para assegurá-la e os que se sentem prejudicados aspiram mudá-la. Das relações assimétricas nascem as tensões que necessitam a gestão política. O conflito, portanto, não provém de sua representação, mas ela o estrutura e institui na medida em que apresenta as tensões, as disputas, os antagonismos.

O conflito não provém da representação dramática apenas, não é uma categoria inata ao discurso jornalístico. Origina-se no mundo fático da política, é uma categoria especificamente política, da qual compõe o cerne. Para Schmitt (1996), politólogo alemão que insiste na importância do conflito para a ciência política, a diferenciação é a fonte primeira das manifestações políticas, gerando o enfrentamento coletivo e o inevitável antagonismo amigo/inimigo. Essa dualidade é o critério distintivo do político, segundo o autor. Esse antagonismo passa por algumas etapas que “dão sentido” ao antagonismo amigo/inimigo, conferem significado ao enfrentamento e ao conflito como mecanismo de diferenciação, questão relevante para o tema deste artigo³.

Uma posição semelhante é assumida por P. Bourdieu (2007, pp. 178-82) na sua teoria sobre o campo político. Ele diz que nada no campo político tem sentido fora do campo das relações. Tudo se passa como se a distribuição de posições políticas implicasse numa distribuição de papéis onde cada ator é remetido à sua posição pela concorrência que ameaça. Os atores políticos, conclui, tendem a organizar-se na oposição entre dois polos e só podem ser compreendidos no conflito com os seus antagonistas e concorrentes.

A narrativa jornalística apropria-se dessa visão dualista do conflito no mundo fático da política e o adapta como categoria estruturadora de sua retórica dramatizada, como na dramaturgia e na literatura.

No jornalismo, o conflito político é textualizado. Enquanto categoria dramática, o conflito tornou-se marca registrada do teatro e da literatura, “constituindo-se em seu ponto alto” (PAVIS, 2007, pp. 67-68). Na dramaturgia, o conflito constitui a dialética das personagens e ações. Dá origem à personagem e à sua oposição (o seu “outro”). Cada episódio só faz sentido relacionado ao conflito principal, que tece a intriga. Por isso os roteiristas tomam o conflito como cerne da ação: “Todo drama é conflito. Sem conflito não há personagem; sem personagem, não há ação; sem ação, não há história; e sem história não há roteiro”, afirma o conceituado roteirista hollywoodiano Sid Field (2001, pag. 5). Embora mantendo seu caráter fático, a narrativa jornalística segue um esquema análogo ao da dramaturgia para enquadrar o complexo jogo da realidade política. Essa é a hipótese que sustentamos neste artigo.

Para explorar a hipótese do conflito como categoria estruturante da retórica jornalística, pretendemos dar ao conflito um estatuto mais denso que um simples valor-notícia. Vamos considerá-lo uma metacategoria dramática estruturante do que virá a ser uma notícia sobre a política. A nosso ver, o conflito é uma pré-categoria não referenciada a tais ou quais conteúdos, uma metacategoria precedente, preexistente ao que virá a ser notícia, através da qual o jornalista enquadra a realidade de maneira bipolar. Se a realidade conflitiva da política se enquadra bem na moldura, tanto melhor.

Concordamos com Traquina (2005, p. 47-8) quando diz que os jornalistas têm o hábito de ver o mundo de maneira bipolar, isto é, através de polos opostos tipo o bem x o mal, o pró x o contra. A objetividade, a rapidez e a vontade de simplificar a realidade, diz o autor, contribuem para se ver o mundo de maneira bipolarizada. Essa visão leva os jornalistas a dramatizar naturalmente a percepção e o relato dos fatos e a desenvolver um gosto pela dramatização e a retórica do conflito, ou pela oposição entre idéias e fontes. Traquina desenvolve um argumento convincente, mas não o suficiente para compreender o conflito como pré-categoria estruturante da notícia.

Vamos encontrar esta categoria preliminarmente elaborada em Motta (2005). Ele afirma que o conflito é a categoria estruturadora de qualquer narrativa, o eixo em torno do qual tudo o mais gravita. Mas, é na antropologia social do conflito do espanhol Morato (1988) onde esta pré-categoria está mais resolvida. Segundo ele, no jornalismo, o conflito é uma categoria que informa menos a respeito dos inúmeros acontecimentos que da categoria do conflito em si mesma. Isto é, a categoria conflito (enfrentamento, disputa) e seus derivados (adversário, oposto) mais

que representam, fundam a realidade política no noticiário. A categoria se reproduz a si mesma, está nos jornais e telejornais de hoje e estará nos de amanhã, diz ele, assim como esteve no de ontem e no do mês passado, instituindo a política, a disputa, os sucessivos enfrentamentos.

Jornais e telejornais, continua o autor (pp. 162/3), estão sempre perseguindo a tensão, parecem estar a serviço do conflito enquanto categoria que busca incessantemente um referente convertido em notícia para sobreviver como conteúdo. Eles procuram e recolhem incessantemente conflitos de toda espécie nos referentes de conflitividade disponíveis. O interesse dos jornalistas é pelo antagonismo e a disputa.

Mais do que o conteúdo ou mesmo o valor-notícia, é o conflito enquanto metacategoria jornalística - como a define Morato - que nos interessa realçar e explorar neste artigo. O conflito funcionaria como um *frame* (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir as situações e demarcar os acontecimentos. Uma categoria preexistente na cultura dos jornalistas, através da qual eles enquadram a realidade, particularmente a realidade política. No mundo fático da política, essa pré-categoria dramática se ajusta modelarmente ao antagonismo amigo-inimigo (SCHMITT, 1996).

Apontamentos conceituais e metodológicos

Neste artigo, vamos observar o conflito como categoria estruturante da cobertura política através de um estudo exploratório no noticiário político do *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão durante o período do chamado “escândalo do mensalão”. Privilegiaremos o período particularmente tenso que vai das primeiras denúncias feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson até o momento da queda do então ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu (de 06 a 20 de junho de 2005). Verificaremos nossa hipótese neste *corpus* empírico.

O período em questão foi marcado, historicamente, por cinco acontecimentos principais: as denúncias de “mensalão” feitas pelo então presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 06/06/05; as novas denúncias de Jefferson no dia 11/06/05, também feitas à FSP, sobre o pagamento da “mesada” aos deputados em malas de dinheiro; o depoimento de Jefferson no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados no dia 14/06/05; as disputas entre lideranças do governo e da oposição para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios (instalada em 15/06/05); e a demissão do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, no dia 16/06/05, como resposta do governo à crise. Escolhemos, portanto,

um período caracterizado como o início do “mensalão”, momento de alta tensão política.

Fazem parte do material empírico analisado as reportagens, notas, editoriais e comentários (de Franklin Martins e Arnaldo Jabor) diretamente relacionados ao tema no período mencionado. Não foram incluídas as charges animadas produzidas pelo cartunista Chico Caruso. No total, foram observadas 13 edições do *Jornal Nacional* e 97 matérias⁴.

Em todas as edições, o tema “mensalão” ganhou, pelo menos, uma manchete da escalada do telejornal. Ao todo, no período, foram 57 manchetes dedicadas a algum assunto relativo às denúncias. O tema foi o principal destaque da maioria das edições do período.

Indagamos de que maneira a narrativa se estrutura na medida em que prossegue dia a dia o noticiário político do telejornal, como os fios da política vão sendo gradualmente costurados. Buscamos particularmente a construção do “efeito narrativa”: encaixes que estimulam virtuais encadeamentos lógico-temporais e projetam possíveis desenlaces da história (a diegese). Movemo-nos, portanto, no domínio da sintaxe narrativa (organização e montagem de uma história coerente). Mas, não tivemos a pretensão de reconstituir o enredo completo do “mensalão” no período, tampouco mapear todos os conflitos. *Nosso esforço não é organizar a intriga integral, é compreender a lógica e a estratégia narrativa do narrador-jornal na construção de um relato sobre o conflito político.*

Conflito político e enquadramento jornalístico

O conflito como metacategoria jornalística está particularmente presente no noticiário político porque a política é, por natureza, uma atividade centrada nas disputas simbólicas. Os enfrentamentos políticos se assemelham aos jogos. A política é uma atividade competitiva onde indivíduos, grupos e partidos estão envolvidos em tensas disputas verbais, parlamentares ou eleitorais. Por isso a metacategoria do conflito é útil para os jornalistas enquadrarem a complexidade da política. Na verdade, o jornalismo político sobrevive do confronto entre partes e partidos. O relato dos conflitos torna o jornalismo político mais aquecido, mais atraente para a audiência. O conflito atrai a atenção, é facilmente compreendido, tanto pelo jornalista quanto pela audiência.

Mas, a cobertura da política pelo jornalismo não apenas representa os conflitos, ela amplifica, ativa, e demarca essas disputas. Na medida em que amplifica, coloca as partes em situações antagônicas, atíça tensões, gera novos enfrentamentos que vão preencher novas páginas

e telas. E assim sucessivamente: o sentimento de exasperação com as declarações dos adversários torna a política ainda mais aquecida do que ela é ordinariamente, fazendo com que a mídia passe a ser não apenas o espelho da política, mas um agente acirrador de conflitos (embora possa funcionar também como agente conciliador e regulador de tensões).

O conflito (de interesses, de posições) enquanto um *frame* cognitivo estrutura o enredo da narrativa jornalística, torna os acontecimentos isolados em histórias compreensíveis. Colocando continuamente atores uns contra os outros, o narrador-jornal tece as intrigas, promove o conflito que necessita estimular para manter a narrativa jornalística sempre “aquecida” e atraente para o destinatário.

Passamos em seguida à nossa observação exploratória do conflito como categoria empírica organizadora da cobertura política do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, durante o período de 06 de junho a 20 de junho de 2005, parte do período do “escândalo do mensalão”.

Identificando os principais conflitos

A narrativa sobre o mensalão deve ser compreendida como sequência de fatos anteriores acompanhados pelo *Jornal Nacional* sobre as denúncias de corrupção nos Correios, iniciadas em 15 de maio de 2005. O telejornal veiculou as imagens da gravação oculta, que ficaram famosas, do então funcionário Maurício Marinho supostamente aceitando dinheiro para beneficiar determinado empresário, inclusive sobre denúncias de que Marinho seria “indicado” ou “apadrinhado” de Jefferson. Desde então o telejornal passou a falar em “crise política”, situando a narrativa episódica do mensalão como capítulo de uma narrativa maior da crise.

Na sequência desta cobertura, portanto, no dia 06/06, primeiro dia de nossa análise, o telejornal abriu com a manchete de que Jefferson, “acusado de corrupção, parte para o ataque e agrava a crise política em Brasília”. Para o telejornal, Jefferson agravou a crise, decidindo “atacar” depois de ter sido, ele próprio, “acusado de usar apadrinhados em postos-chave do governo para arrecadar dinheiro para o partido dele”. Neste dia, referindo-se a Jefferson, o uso da expressão “*partiu para o ataque*” revela como a categoria conflito centraliza a narrativa.

Já no dia 07/06, ao destacar, na manchete de abertura, que o governo e o PT resolveram apoiar a instalação da CPI dos Correios, a ênfase é que ambos “*mudam de estratégia*”, pois antes estariam tentando evitar a CPI. A linguagem é militar, o enquadramento é de guerra (conflito). Em outras edições, também são utilizadas palavras como “defesa”, “recoo” (do governo), “ofensiva”, “trégua” ou “capitulação”, um léxico

característico dos manuais militares.

Em muitos momentos são utilizadas palavras que remetem às novelas ou séries de televisão e são recursos narrativos, tais como "capítulos da crise", mencionadas em nota no início da edição do dia 11/06/05, para criar suspense e capturar a atenção da audiência: "[...] Os detalhes do mais recente capítulo da crise política e as reações ao que disse Roberto Jefferson você vai ver daqui a pouco, aqui no Jornal Nacional".

Além disso, as narrativas são fragmentadas. As matérias são produzidas a partir de declarações das personagens envolvidas e daquelas que comentam e repercutem os acontecimentos enfatizados nas reportagens, além das repercussões de coberturas de jornais e revistas impressos. O *JN* apoia-se nas notícias de outras mídias legitimando suas falas, assim como elas se referenciam a este telejornal, construindo gradualmente uma história cada vez mais midiática. Um exemplo é o uso frequente do recurso de mostrar imagens fotográficas dos jornais para ilustrar as matérias sobre as entrevistas de Jefferson e de utilizar os áudios das entrevistas, com auxílio de legendas.

Os fragmentos vão ganhando unidade ao longo das edições e na cultura da mídia a partir de fios condutores que interligam as personagens. Um dos fios condutores é a própria palavra "mensalão" que vai sendo repetida e por fim adotada pelo telejornal e pelas próprias personagens ouvidas que se referem ao "escândalo". A palavra foi inicialmente utilizada por Jefferson, mas o destaque para ela é da mídia, que a adota como um carimbo, um símbolo da cobertura.

No dia 06/06, por exemplo, a denúncia é de um "esquema do mensalão". No dia seguinte, 07/06, a segunda principal manchete da escalada enfatiza que "a denúncia do mensalão" ganha espaço na imprensa internacional. Já no dia 16/06, o mensalão é mencionado como "escândalo do mensalão". Sempre relacionada à corrupção, seja entre aqueles que se defendem, aqueles que acusam ou os que cobram investigação, o léxico da mídia é então adotado e passa a fazer parte da política, reverberando sobre o real⁵.

O protagonista

Voltemos à edição do dia 06/06/2005. O *JN* destacou a personagem Roberto Jefferson como protagonista principal posicionando-o no conflito logo na primeira manchete da escalada: "O deputado Roberto Jefferson, acusado de corrupção, parte para o ataque e agrava a crise política em Brasília".

A narrativa do telejornal neste dia, e nos dias seguintes, está centrada

nesta personagem. Ela se torna o protagonista da intriga, a descrição de suas ações costura a narrativa. Algumas vezes, essa centralidade do protagonista é mais explícita. No dia 18/06, por exemplo, após a queda do ministro José Dirceu, Jefferson é caracterizado em uma reportagem como “*pivô da crise*”. Nem precisava, pois a narrativa se desenvolve em função dele. Faremos breves conclusões sobre esta personagem adiante.

A narrativa encadeia o protagonista como acusado que reage e ataca. Observe-se aqui a centralidade da categoria conflito no encadeamento cronológico de causa e efeito que recupera o passado e o traz para o presente. Simultaneamente, posiciona o protagonista num enfrentamento conflitivo: a ação atual se explica por uma razão precedente que teria gerado uma reação. Acusado, o protagonista reage e ataca.

Cinco das oito manchetes da escalada daquele dia foram dedicadas a acusações feitas por Jefferson. Do total da edição, sete matérias (que equivalem a cerca de 23”) trataram do tema. Ao longo da cobertura durante o período analisado, Jefferson foi caracterizado como um “*acusado de corrupção*” que “*partiu para o ataque*”.

O caráter ambíguo da personagem Roberto Jefferson (acusado e acusador) foi bastante explorado nas descrições apresentadas pelos repórteres e apresentadores, como nesta matéria ainda do dia 06/06:

“Fátima Bernardes: O presidente do PTB, alvo de denúncias de corrupção, partiu para o ataque. Roberto Jefferson lançou acusações graves contra o governo”.

As reportagens deste dia reproduzem o conteúdo da FSP, em que Jefferson contra-ataca, revelando o chamado “esquema do mensalão”. Em seu conjunto, o telejornal trata a personagem com desconfiança e enfatiza suas contradições. Por exemplo, na matéria sobre a entrevista, a repórter começa enfatizando o terremoto político que ele causou em Brasília e diz que o ex-deputado “começou se defendendo das acusações de envolvimento em denúncias de corrupção no Instituto de Resseguros do Brasil”. Portanto, agiu sob pressão. Na narrativa, o acusador parece escolher seus antagonistas. O telejornal destaca trechos em que Jefferson narra como tentou alertar ministros sobre o “esquema” e como contou ao Presidente Lula o que estava acontecendo. Neste ponto, o ex-deputado faz questão de inocentar o Presidente. Em comentário do dia 07/06, Franklin Martins justifica a ação de Roberto Jefferson, enfatizando o caráter contraditório da personagem: “Acusado pelas denúncias, o deputado Roberto Jefferson acusou uma boa parte da Câmara de receber uma mesada, um mensalão para apoiar o governo. Pode ser verdade, mas também pode ser uma manobra desesperada”.

À medida que o tempo vai passando, mais denúncias vão sendo acrescentadas à história, mas a desconfiança do telejornal em Jefferson permanece. A edição do dia 11/06 trata de novas denúncias do então deputado. A reportagem enfatiza, logo na abertura, que: “Uma nova entrevista do deputado federal Roberto Jefferson no jornal Folha de S. Paulo traz novas acusações a membros do governo, do PT e de partidos da base aliada. Ele mesmo acusado de corrupção, o presidente do PTB fala agora em malas de dinheiro oriundo de estatais e de empresas particulares entregues a parlamentares. Na conversa, Jefferson diz que não tem provas”.

A ênfase nas acusações e na falta de provas é retomada na abertura da matéria: “Foi a segunda vez que o deputado Roberto Jefferson fez acusações sobre o pagamento de mesada a deputados, depois de ter sido apontado como comandante do esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. Agora, Roberto Jefferson faz novas acusações. Disse que não tem provas. [...]”.

Nas edições dos dias 13/06 e 14/06 os destaques do noticiário são as disputas sobre o comando da CPI dos Correios e o depoimento de Jefferson no Conselho de Ética da Câmara. Novamente a falta de provas é uma forma de identificar a personagem.

Nas reportagens sobre o depoimento, o ex-deputado aparece falando de forma agressiva, acusando outros deputados como Sandro Mabel, de ter oferecido dinheiro para que uma deputada trocasse de partido, e Waldemar Costa Neto, de ter recebido dinheiro do “mensalão”. O deputado também enfatiza a distribuição de malas de dinheiro, e ameaça Dirceu de ter conhecimento e de implicar o Presidente da República, caso não saia do cargo de ministro da Casa Civil. A edição toda do dia 14/06 está editada com recursos de dramaticidade para elevar a tensão, como o destaque aos trechos mais performáticos de Jefferson, seus gestos e expressões, intercalados com manchetes temáticas.

Interessante notar que o telejornal não enfatiza a trajetória política de Jefferson. A descrição é pontual, destacando as contradições, o gestual e o elemento dramático das acusações. Algumas vezes, o fato de cantar é mais um elemento de caracterização da personagem pelo seu lado folclórico. Na edição do dia 20/06, a reportagem enfatiza: “Roberto Jefferson não perdeu a chance de cantar em público”.

Destacamos nestes últimos parágrafos aspectos da narrativa do protagonista para explorar como o telejornal constrói a imagem dele. Primeiro, o telejornal o posiciona como um protagonista que tem antagonistas. Ou seja, ele está na intriga como adversário de alguém: acusado e acuado, reage, é agressivo, ataca, lança acusações.

Predomina a polaridade, embora difusa.

A narrativa denunciadora a respeito do protagonista poderia induzir conotações valorativas positivas, sugerir a criação da figura de um herói da política brasileira. Alguém que teve coragem para denunciar e enfrentar o poder num ambiente costumeiramente conciliador. Um excessivo peso nos aspectos positivos na narrativa jornalística colocaria Jefferson numa posição de supremacia, criaria um herói para a história. Os editores do telejornal avaliaram isso e, estrategicamente, colocaram-se numa posição de distanciamento do protagonista. Revelaram, como vimos, aspectos contraditórios e folclóricos da personagem, equilibrando a narrativa com elementos positivos e negativos, contendo possíveis estímulos a um imaginário triunfalista. No limite, Jefferson foi colocado na perspectiva de um anti-herói⁶.

Os antagonistas

A análise revela que a cobertura do telejornal no período em questão concentrou-se nas declarações bombásticas do protagonista e na bipolarização: a repercussão delas através de novas declarações de representantes do governo, do PT, dos partidos da base, da oposição ou do judiciário. O *JN* deu voz, essencialmente, àqueles que, de uma forma ou outra, repercutiram as declarações de Jefferson ou foram envolvidas por elas. Os principais foram:

José Genoíno

O presidente do PT, José Genoíno, é a principal personagem no telejornal do dia 06/06 com a atribuição de rebater as denúncias de Jefferson. A apresentadora Fátima Bernardes, logo na abertura da matéria de quase 5" sobre as reações de parlamentares e integrantes do governo, afirma que eles "reagiram às denúncias do presidente do PTB, Roberto Jefferson" e que "o PT negou as acusações." Um partido é colocado contra o outro, assim como as personagens são colocadas em posições antagônicas. O verbo reagir, novamente empregado, corresponde a uma interpretação do telejornal. Funciona como verbo de ação, que traduz uma *performance* reativa da personagem em relação à outra personagem e dá continuidade à bipolaridade. Na reportagem, não há maiores caracterizações de Genoíno, que é identificado exclusivamente por sua função de presidente do partido, que o posiciona na intriga. Ele é o acusado que reage e nega a acusação.

Genoíno também é caracterizado como alguém responsável pela estratégia do PT frente às acusações. Um exemplo é reportagem do dia

07/06, na qual é enfatizada, logo na abertura, “a mudança de posição do PT”. Segundo a reportagem, “a mudança de estratégia foi anunciada em São Paulo pelo presidente do PT, José Genoíno. Ele disse que o partido não vai ficar apenas na defensiva”. A ênfase é para as expressões “mudança de estratégia” e “ficar na defensiva”, nas ações de enfrentamento político.

Em seguida, é apresentada fala de Genoíno, em que ele afirma, agressivamente: “Vamos para a ofensiva e essa ofensiva é em vários terrenos. Vamos para a ofensiva seja na CPI dos Correios, vamos para a ofensiva na base do partido e vamos para a ofensiva e para o enfrentamento no enfrentamento político. [...]”. Neste caso, a estratégia narrativa de apresentar as personagens em posição antagonônica é favorecida pela própria fala da personagem, que assume a linguagem militar. A repetição da expressão “vamos para a ofensiva” e da palavra “enfrentamento” se adequam perfeitamente ao léxico do conflito.

Fica claro nesta sequência de atos de fala dos jornalistas e políticos que as personagens são sucessivamente trazidas pelo telejornal para instigar o conflito, manter e promover o embate necessário à construção de tensão na intriga. A tensão permanentemente aquecida é a essência da construção da narrativa política. É ela que instiga a trama e mantém acesa a curiosidade pública.

Delúbio Soares

Delúbio Soares, ainda na edição do dia 07/06, é apresentado, em referência metalinguística, como “*um dos principais personagens nesse episódio*”. É descrito como professor de matemática que “começou a vida pública como sindicalista no fim dos anos 70. Foi um dos fundadores do PT em Goiás. Em 1986, a única vez em que concorreu a um cargo público, foi candidato a deputado federal, mas não se elegeu. Embora não seja funcionário do governo, é considerado nome influente nos bastidores. Virou um dos alvos preferenciais da oposição desde o ano passado”.

Aqui, parece que o telejornal tem o desejo de trazer essa personagem para o primeiro plano do cenário da intriga, quer promovê-la a principal antagonista do protagonista da história, que o denunciou como operador do mensalão. Mas, o fato do PT ter “escondido” o seu tesoureiro nos primeiros dias das denúncias dificulta a tarefa aos editores do telejornal. Quem falou por ele foi o presidente do PT, que o defendeu na mesma reportagem do dia 07/06.

Já na edição do dia 08/06, Delúbio Soares ganha destaque logo na primeira manchete da escalada: “O tesoureiro do PT dá a primeira entrevista depois das denúncias do mensalão. Delúbio Soares nega

pagamento de mesada a deputados. Disse que o partido não aceita chantagem e põe o sigilo fiscal e bancário à disposição da Justiça”.

A matéria em que o telejornal narra a entrevista coletiva de Delúbio segue dando ênfase às negativas do tesoureiro, caracterizando-o como alguém que se defende: “*negou as denúncias*”, “*negou que comandasse um esquema de pagamento de propina a deputados aliados em troca de apoio político*”, falou em chantagem, mas “*não respondeu*” sobre quem seria o chantageador, “*não tem medo das investigações*”.

Refletindo o que ocorre no jogo político, é interessante observar que a personagem Genoíno é caracterizada pela liderança na ofensiva contra as acusações enquanto Delúbio é caracterizado como alguém que está na defensiva. Isso parece ser resultado da estratégia política do PT e de seus dirigentes, refletindo-se na ordem de aparecimento e na posição das personagens trazidas à cena da intriga pelo telejornal.

José Dirceu

A personagem José Dirceu começou a ter relevância nas narrativas do *Jornal Nacional* sobre o mensalão à medida do desenrolar das denúncias. No dia 06/06, por exemplo, ele é caracterizado como alguém distante dos acontecimentos em reportagem sobre as repercussões das acusações: “O ministro José Dirceu está em Madri, onde foi homenageado em um jantar [...]. Ele não quis falar sobre as denúncias”.

No dia 07/06, uma nota lida pela apresentadora Fátima Bernardes afirma que o ministro cancelou entrevista coletiva marcada e disse ao repórter que “*as coisas no Brasil estão bem*”. Já no dia 08/06, Dirceu aparece em reportagem de 1”19”, quando fala em Lisboa sob o ponto de vista institucional da crise, reafirmando que o governo já tinha determinado que se fizessem investigações, que o Congresso iria investigar e que concordava com os encaminhamentos. Não há mais caracterizações da personagem, que só ganha maior relevo no telejornal a partir da cobertura do depoimento de Jefferson ao Conselho de Ética da Câmara, no dia 14/06.

Logo na primeira nota, a apresentadora Fátima Bernardes afirma que Jefferson “inocentou o Presidente Lula, mas disse que se o ministro da Casa Civil, José Dirceu, permanecer no cargo, Lula pode virar réu”. Em reportagem de cerca de seis minutos, em que é narrado o depoimento de Jefferson, Dirceu aparece na fala do ex-deputado do PTB como alguém que sabia da promessa do PT em repassar dinheiro (sem origem) para a campanha do partido de Jefferson, fez um acordo com Jefferson (de pagar o financiamento das campanhas do PTB) e não cumpriu a palavra.

O alvo principal do acusador começa a ficar mais claro e a narrativa jornalística incorpora este antagonismo porque ele ajuda a construir a bipolaridade.

Ressalte-se que, apesar de Dirceu estar envolvido nas denúncias de Jefferson na edição daquele dia, quem faz o enfrentamento direto com o protagonista é ainda Genoíno, que nega o repasse de dinheiro. Em outra reportagem, em que a repórter afirma que “o governo tentou agir como se fosse um dia qualquer”, é mencionado que “José Dirceu [...] desmentiu que tenha acertado sua saída do governo, como chegou a ser noticiado”.

Ainda no dia 14/06, o telejornal apresenta nota em que Jefferson critica a imprensa e se refere a um diálogo que teria tido com Dirceu, no qual teria pedido ajuda ao então ministro para que este “segurasse” o noticiário contra ele, Jefferson. Segundo o telejornal, “*Roberto Jefferson demonstrou irritação com o prosseguimento do noticiário*”. O trecho é importante, pois leva a um editorial do *Jornal Nacional*, no qual critica Jefferson, e por tabela, Dirceu, ao finalizar com o seguinte trecho: “como o deputado Roberto Jefferson pode constatar, nas Organizações Globo ninguém segura informação nenhuma. Aqui, para que alguma coisa seja noticiada, basta ser verdade”. É um exemplo claro de como o jornalismo também pode ser protagonista da narrativa, dialogando com as personagens.

Dirceu só ganha maior caracterização e ênfase na edição do dia 16/06, quando é anunciada sua saída do governo. A primeira manchete da escalada do telejornal enfatiza que “*Um dos nomes mais fortes do governo do PT pede demissão depois de trinta meses*”.

Das dez manchetes daquela edição, sete são dedicadas à queda de Dirceu. Um trecho do discurso do ex-ministro é destacado: “Temos um patrimônio ético, temos um patrimônio que a sociedade conhece. Eu vou defender esse patrimônio”. É como se Dirceu agora subisse no ringue para enfrentar corpo a corpo o rival. O frame do conflito enquadra perfeitamente as ações políticas. O drama bipolar adquire contornos mais precisos. O antagonista principal ganha corpo, cria expectativa de novos *rounds*.

As reportagens enfatizam que Dirceu “*pediu demissão*” porque nas últimas semanas vinha sendo “*alvo dos ataques*” de Jefferson. O ex-ministro é caracterizado agora como antagonista principal, quem rebateu as acusações e defendeu o governo.

Tornando-se antagonista principal, a personagem Dirceu ganhou uma biografia de três minutos, o maior tempo dedicado à reconstituição da trajetória política de alguém envolvido na cobertura da crise do

“mensalão” durante o período analisado. Nela, Dirceu é caracterizado como “*poderoso*”, “principal arquiteto da campanha vitoriosa do candidato Lula à Presidência em 2002”, “o articulador da aliança de partidos da chapa”, “coordenava também os principais programas de diversos ministérios”. O fato de ter sido preso político, exilado e ter feito uma plástica para voltar ao país é destacado, construindo uma imagem de homem forte e de ação; um personagem sem ambiguidades, e com lado definido, o de defesa do governo, porém capaz de qualquer coisa para atingir seus objetivos. A centralidade do protagonista Jefferson na narrativa jornalística da crise política até aqui passa a ser dividida agora com um antagonista de igual peso.

Uma nota ao vivo menciona que Dirceu e o Presidente Lula trocaram cartas e que o Presidente escreveu: “apenas grandes pessoas são capazes de gestos como este de deixar o governo”. O antagonista entra na história como peso pesado e, a partir daí, a briga passa a ser de peixes grandes.

Considerações finais

No telejornal observado nesta pesquisa, um tema, a corrupção, tornou-se parte de uma estrutura hierárquica – a macroestrutura semântica – que se expressou numa hipérbole-resumo, o mensalão. Essa expressão passou a definir qual é a informação mais importante, a substância da narrativa. A interpretação temática dos telespectadores pressupõe, portanto, um mundo compartilhado, uma cultura política compartilhada por jornalistas e telespectadores. Quem escuta, vê ou lê as notícias políticas pode efetuar uma rápida conjectura sobre temas secundários e deduzir o tema principal. Cognitivamente, o receptor faz conjecturas a respeito dos temas, ajudado pelos sinais temáticos do narrador, e constrói dedutivamente o tema principal. Em lugar de regras formais, os usuários da linguagem aplicam estratégias de dedução de temas de um texto (VAN DIJK, 2000, pp. 58-59 e seguintes).

Creemos que assim foi construída a narrativa jornalística sobre o mensalão pelo *JN* no período analisado, estruturada segundo a metacategoria do conflito. O conflito funcionou como um *frame* (*enquadramento*) cognitivo, uma premissa ou princípio utilizada pelo telejornal para organizar as ações dos atores políticos e simultaneamente definir as situações de cada um deles na história. Além de organizar a complexa realidade política, o conflito enquanto *frame* tem, de acordo com nossa hipótese, um efeito adicional: define e demarca cognitivamente acontecimentos latentes. Nossa pesquisa é exploratória e outros estudos são necessários para refinar a hipótese e testá-la com maior rigor.

Nesta pesquisa, apenas observamos preliminarmente que há fortes indicações que o conflito, enquanto pré-categoria ou metacategoria, de fato funciona como um enquadramento dramático da narrativa política jornalística, posicionando cada contendor e, simultaneamente, situando o espectador.

O conflito não é criado pelo jornalismo, evidentemente. Ele é inerente ao jogo político. Mas, a linguagem jornalística se apropria dos elementos do jogo político e os categoriza, especialmente nos momentos de tensão. Neste caso, o conflito (enquanto ingrediente básico do drama) funciona como elemento estruturador da narrativa jornalística, dualiza o mundo político e reforça a visão que compreende a política como um jogo de oposições. O uso do léxico militar, guerra, batalha, jogos de tabuleiro, xadrez, etc., utilizados no telejornal é a evidência explícita desse enquadramento, confirmando a teoria de C. Schmitt.

Cada personagem da política é assim posicionada e reposicionada como protagonista, antagonista, ou personagem secundária do conflito da história, dependendo das variações da política e de sua cobertura. Cada personagem parece entrar na narrativa da política para exercer alguma das funções narrativas identificadas por Propp (1984). Ou cumprir alguma das etapas do ciclo do herói de Campbell (1997): herói, vilão, ajudante, defensor, etc., realizando as funções de privação, prova, conquista, recompensa, etc. Simplificando, o acusado reage contra o acusador e parte para o ataque, o atacado recua, mas prepara nova ofensiva, e assim por diante se encadeia indefinidamente o conflito em capítulos.

Na análise que fizemos, o protagonista é logo trazido para o primeiro plano da história pelo *JN* (embora o telejornal tenha procurado se distanciar dele e tentado não configurá-lo como herói da história). Seu antagonista não surge com clareza na narrativa dos primeiros dias do mensalão, ainda que as falas do deputado José Genoíno tenham criado um confronto direto com o protagonista, principalmente quando o telejornal destaca que o petista mudou de estratégia, reagiu, partiu para a ofensiva. O antagonista só surge, de fato, dez dias depois da primeira denúncia de Jefferson, quando o telejornal pode enfim anunciar a entrada no ringue do então Ministro José Dirceu, a partir de sua saída do governo.

Obviamente, em muitos momentos, a narrativa não depende somente do enquadramento jornalístico, não se reproduz apenas linguisticamente. A política é um jogo fático de interesses onde tudo vale, inclusive reagir sobre a representação da própria política. Por isso, a cobertura jornalística

retroage sobre a política, a altera, demarca e institui. Os atores passam a representar o papel que lhes é atribuído pela mídia e reagem em função da história que está sendo contada para poder interferir no seu curso. Ou seja, as personagens são ao mesmo tempo atores, representam e improvisam em função do andamento da cena. E assim por diante, segue o jogo entre a representação e a realidade, confundindo-se uma com a outra. Em última instância, o jornalismo político se institui também como protagonista da própria narrativa que conta.

É cômodo para os jornalistas utilizar o conflito como uma pré-categoria porque assim enquadram com relativa facilidade a complexa realidade política como disputa, enfrentamento, oposição entre amigos e inimigos. Isso facilita a tarefa da reportagem e a rápida comunicação com os receptores. Porém, o excesso de conflitos e enfrentamentos presentes nas páginas e telas pode não corresponder proporcionalmente ao que se passa na política e na realidade social, como afirma Morato (1988, p. 177). A desproporção para esse tipo de referente pode criar uma falsa realidade, uma realidade dualista de confrontos permanentes, vitórias, conquistas, derrotas e punições. Um mundo maniqueísta onde o bem e o mal são princípios quase absolutos que preenchem o noticiário, embora a complexidade do mundo exterior não corresponda a essa simplificação reducionista.

São essas categorias que detêm o protagonismo no comportamento dos meios de comunicação e na cognição que deriva de tal comportamento. O narrador assume que o seu texto (o noticiário político) é o palco privilegiado (o cenário) onde o conflito se desenvolve e que ele é o narrador autorizado a apresentar o desenrolar deste conflito. Ou seja, está implícito na sua narrativa que ele é quem detém legitimidade para conduzir os papéis atribuídos às personagens no conflito, ignorando ou trazendo essas personagens de acordo com o que ele, narrador, julga ser hierarquicamente importante e relevante.

Para concluir, queremos sugerir para futuras investigações, a hipótese que, no jornalismo, o conflito enquanto metacategoria dramática encaixa a realidade política com o mesmo automatismo que o supermercado divide as mercadorias em seções e prateleiras, para usar as palavras de Morato (1988, p. 170). Os jornais e telejornais preenchem as prateleiras dia sim, outro também, como diz o autor, a partir da bipolaridade, antagonismos e oposições, reduzindo a política ao drama individual, teatralizando a cobertura e repassando à audiência uma visão excessivamente romanceada da política.

NOTES

- 1 A primeira versão deste artigo foi apresentada ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, SP, em junho de 2008.
- 2 Galtung and Ruge (1993).
- 3 Cf. SCHMITT, Carl. *The concept of the political*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. Ver também ALMEIDA FILHO. Agazis. *Carl Schmitt e o antagonismo político*. In: A. A. Filho; LIMA, Venício A. (orgs.). *Novo manual de ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2008. Schmitt, “autor maldito” da Sociologia, foi preterido nas ciências sociais contemporâneas por sua adesão ao nazismo. Mas, suas teorias políticas começam a serem recuperadas na literatura recente. Sua obra principal, *The concept of the political*, foi traduzida ao português pela Editora Del Rey, S Paulo, 2009. Mas, há outra edição da Vozes, Petrópolis, de 1992. Para o autor, o critério que distingue conceitualmente o que é o político é a discriminação entre amigo e inimigo. O inimigo é o outro, a alteridade do estrangeiro, que separa, dissocia.
- 4 As cópias do material utilizado foram obtidas no clipping do Site Banco de Notícias: <http://clipping.radiobras.gov.br>.
- 5 Cf. Lima (2006).
- 6 No período analisado, o tom de desconfiança que predominou no tratamento dado a Jefferson e outros personagens, não se aplica necessariamente ao Presidente Lula, ao ex-ministro da Fazenda, Antonio Palloci e a representantes da oposição que pediram investigações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA FILHO, Agassiz e LIMA, Venicio A., *Novo manual de ciência política*, S. Paulo, Malheiros Editores, 2008
- BOURDIEU, P. O poder simbólico, Bertrand, Rio de Janeiro, 2007
- _____. *P. Sobre a Televisão*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CAMPBELL, J. *O herói de mil faces*, S. Paulo: Cultrix, 1997.
- FIELD, Sid, *Manual do roteiro*, Objetiva, S. Paulo, 2001.
- GALTUNG, J. e RUGE, M. H.. A estrutura do noticiário estrangeiro, in Nelson Traquina, *Jornalismo – questões, teorias e estórias*, Lisbon: Vega, 1993.
- GITLIN, T. *The Whole World is Watching*, Berkeley, 1980.

- LIMA, V. A. de. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MORATO, J. del Rey. *Crítica de la razón periodística*, Madrid: Complutense, 1988.
- MOTTA, Luiz G. *Narratologia - teoria e análise da narrativa jornalística*, Casa das Musas, Brasília, 2005.
- PAVIS, Patrice, *Diccionario de teatro*, S. Paulo, Perspectiva, 2007.
- SCHIMTT, C. *The concept of the political.*, University of Chicago Press, 1996, tradução ao português, *O conceito do político*, Vozes, Petrópolis, 1992.
- PROPP, V. I. *Morfologia do conto maravilhoso*, Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*, Vol. II, Florianópolis: Insular, 2005.
- VAN DIJK, T. *Cognição, discurso e interação*, S. Paulo:Contexto, 2000.

Luiz G. Motta é jornalista, professor da UnB. Doutor pela Universidade de Wisconsin (USA). Coordena o Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (UnB). E-mail: luizmottaunb@yahoo.com.br

Liziane Guazina é jornalista, pesquisadora do NEMP, doutoranda em Comunicação pela UnB. E-mail: lizianeg@uol.com.br